

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Governo recua e adia o fim reserva mineral na Amazônia..... 3

O Estado de S. Paulo

Título: Governo recua e abre debate sobre reserva 7

Folha de S. Paulo

Título: 'Vai ter troco', diz líder do DEM após perder ministro e senador para PMDB 12

Correio Braziliense

Título: Brasília-DF 13

Valor Econômico

Título: Ministério decide paralisar todos os procedimentos sobre a área da Renca..... 14

Título: Governo considera remota chance de acordo com Cemig..... 23

Título: Barganhas políticas sinalizam mais destruição na Amazônia 30

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Governo recua e adia o fim reserva mineral na Amazônia.....	3
Título: Grupo chinês de mineração quer investir US\$ 2,4 bilhões.....	5
Título: Por outro lado.....	7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Governo recua e abre debate sobre reserva	7
Título: Acordo com Petrobrás renderá R\$ 7 bi à União	8
Título: PF descarta crime de Raupp em subsidiária	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Furacão Harvey nos EUA faz Petrobras elevar preço da gasolina em 4,2%.....	10
Título: Eletrobras e a busca frenética por receitas	11
Título: 'Vai ter troco', diz líder do DEM após perder ministro e senador para PMDB	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Brasília-DF	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Ministério decide paralisar todos os procedimentos sobre a área da Renca.....	14
Título: Reajuste da gasolina terá impacto de 0,07 ponto no IPCA.....	14
Título: Preço da gasolina dispara com impacto de Harvey	16
Título: EUA podem bloquear aquisição da Citgo pela Rosneft	17
Título: Tempestade tropical Irma entra no radar dos operadores	19
Título: Oferta agrícola da UE terá etanol e carne	20
Título: Destaques	21
Título: Vestas almeja 17% do mercado brasileiro de turbinas eólicas.....	21
Título: Governo considera remota chance de acordo com Cemig.....	23
Título: Falta de combustível afeta navegação de longo curso	25
Título: Âmbar, da J&F, obtém liminar que obriga Petrobras abastecer térmica	26
Título: Crescimento da China puxa minério e metais em agosto	27
Título: Barganhas políticas sinalizam mais destruição na Amazônia	30

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura, Vivian Oswald e Eduardo Barretto****Título: Governo recua e adia o fim reserva mineral na Amazônia**

Governo suspende por 120 dias efeitos do decreto que liberou área na Amazônia à mineração.

Após a forte repercussão negativa causada pela decisão do presidente Michel Temer de extinguir, por decreto, a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), liberando uma área de 47 mil quilômetros quadrados para exploração mineral na Amazônia, o governo recuou e decidiu suspender por 120 dias os efeitos do decreto, para realizar "um amplo debate com a sociedade". Em nota divulgada na noite de ontem, o Ministério de Minas e Energia (MME) informou que o **ministro Fernando Coelho Filho** "determinou a paralisação de todos os procedimentos relativos a eventuais direitos minerários na área da Renca".

Agora, segundo Minas e Energia, as "medidas concretas" que o decreto prevê estão em suspenso. "A partir de agora o Ministério dará início a um amplo debate com a sociedade sobre as alternativas para a proteção da região. Inclusive propondo medidas de curto prazo que coíbam atividades ilegais em curso", informa a nota da pasta. Segundo o MME, a suspensão dos efeitos não significa a revogação do decreto. A pasta diz que a decisão de suspender os efeitos do decreto é em respeito às "manifestações da sociedade": "Essa iniciativa se dá em respeito às legítimas manifestações da sociedade e à necessidade de esclarecer e discutir as condições que levaram à decisão de extinção da Renca".

TEMER, EM PEQUIM: "PRESERVAÇÃO ABSOLUTA"

Uma portaria interministerial deve estabelecer as diretrizes da suspensão do decreto. A partir de agora, a pasta de Minas e Energia promete iniciar "um amplo debate" sobre o assunto. "No prazo de 120 dias, o Ministério apresentará ao governo e à sociedade as conclusões desse amplo debate e eventuais medidas de promoção do seu desenvolvimento sustentável, com a garantia de preservação", diz a nota do MME. Os efeitos do decreto já estão suspensos, devido a uma decisão liminar da Justiça Federal em Brasília, concedida na quarta-feira. A decisão do MME de suspender os efeitos do decreto ocorreu algumas horas depois de o presidente Temer afirmar, em Pequim, que a liberação da reserva para mineração garantiria a "preservação absoluta" das áreas ambientais e indígenas da Renca. — Vocês sabem que lá havia uma exploração clandestina, ilegal, do minério.

Vocês verificaram que, pelo decreto que foi expedido, há preservação absoluta de toda e qualquer área ambiental e área indígena, e o que há é uma regularização daquela exploração que se faz naquela região. Nada mais do que isso. É de uma singeleza ímpar — afirmou Temer depois de se reunir com empresários chineses em Pequim. PGR:

FIM DA RESERVA LEVARÁ A DESMATAMENTO

Criada em 1984, no fim da ditadura militar, a Renca fica entre o Amapá e o Pará e tem uma área equivalente à do estado do Espírito Santo. Na região da reserva estão sete unidades de proteção ambiental e duas terras indígenas. O primeiro decreto extinguindo a Renca foi publicado na semana passada. Porém, devido à repercussão negativa da decisão, o governo decidiu editar novo decreto, esclarecendo como será feita a pesquisa mineral na antiga Renca, mas mantendo a decisão de extinguir a reserva. A extinção da Renca criou grande repercussão nas redes sociais, com atores, modelos e cantores, como Gisele Bündchen, Cauã Reymond e Ivete Sangalo, lançando campanhas pela preservação da área. O decreto é polêmico até dentro do governo. O Ministério do Meio Ambiente deixou claro que é contra a liberação da área para mineração.

Já o de Minas e Energia defende a medida. Ontem, a Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou na polêmica e engrossou as críticas à liberação da reserva. Em parecer, a Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da PGR afirmou que a decisão do governo de acabar com a reserva mineral provocará aumento do desmatamento na região e que área que estaria liberada para mineração equivale a quatro anos de desmatamento na Amazônia. "A partir da forte política de incentivo à atividade minerária, o desmatamento certamente aumentará e, com ele, todos os impactos indiretos advindos como a abertura de uma nova fronteira agropecuária que se instalará na região. Registra-se que a área possibilitada pelo decreto para a mineração equivale a mais do que todo o desmatamento na Amazônia acumulado nos últimos quatro anos", afirmou a Procuradoria.

Os procuradores citaram inclusive uma reportagem do GLOBO, que revelou uma nota técnica elaborada pelo Meio Ambiente contrária ao fim da reserva mineral, emitida em junho, mas que não foi levada em consideração. Nessa nota técnica, o Ministério do Meio Ambiente alertava para o "possível aumento do desmatamento associado, principalmente, aos efeitos migratórios decorrentes do projeto" na região com a liberação da área para a mineração. Segundo o documento, em 2016, havia 646 requerimentos de lavra dentro da Renca. Destes, 41 estão em terras indígenas, e outros 600, aproximadamente, estariam dentro de unidades de conservação.

O **Ministério de Minas e Energia** alega que já há mineração ilegal na região. A pasta informou que foram detectados 28 pistas de pouso irregulares e a presença de cerca de mil garimpeiros ilegais. Além disso, o MME garante que não haverá mineração nas áreas protegidas. Para o Ministério Público, no entanto, o garimpo ilegal deve ser combatido com ações de fiscalização integradas, lideradas pelo Poder Executivo. Pelos cálculos da PGR, o decreto de Temer libera para a mineração "aproximadamente 70,4% da Renca": "Ou seja, uma expressiva área da Renca estará sujeita à mineração que, mesmo sendo licenciada pelo órgão ambiental competente, causará impactos inevitáveis na região".

O parecer assinado pelo subprocurador-geral da República Mario José Gisi afirma que é "cristalina" a diferença de áreas preservadas no interior e fora da Renca e que o "cenário de devastação visto no entorno será reproduzido internamente em poucos anos se não for declarada a ilegalidade/inconstitucionalidade do decreto presidencial". Segundo o texto, hoje, apenas 0,33% da área total da Renca está desmatada.

MINISTRO CANCELA VÍDEO SOBRE O TEMA

Para a PGR, o problema principal está no incentivo à mineração na área, causando impactos como desmatamento, erosão, assoreamento de rios, contaminação do solo e das águas, poluição, explosão demográfica, demanda por serviços como de comércio, e impactos nas comunidades locais e populações tradicionais. O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, desistiu ontem de gravar um vídeo sobre o tema. Toda a estrutura para a gravação estava pronta, mas Sarney Filho preferiu, em cima da hora, deixar o recado para a próxima terça-feira, Dia da Amazônia. A gravação seria ontem à tarde, e a fala do ministro aos internautas já estava definida, bem como a estrutura de filmagem.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Vivian Oswald

Título: Grupo chinês de mineração quer investir US\$ 2,4 bilhões

Eurasian Mining pretende participar de leilão da Ferrovia Oeste-Leste

-Pequim- Dono da Bahia Mineração (Bamin), o grupo Eurasian Mining sinalizou ao presidente Michel Temer que pode investir mais US\$ 2,4 bilhões no Brasil até o fim de 2018. A ideia é começar com ampliação das atuais instalações em US\$ 1 bilhão. O restante viria da participação do grupo no leilão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) entre Ilhéus e Caetité, na Bahia, em

princípio em um consórcio com empresas chinesas. O anúncio foi feito a Temer durante escala técnica do avião presidencial no Cazaquistão, sede da empresa, antes de pousar em Pequim, onde realiza visita de Estado e participa da 9ª Reunião do Brics.

A intenção de formar um consórcio com os chineses da China Communication Construction (CCC) e da China Railway Engineering Corporation (Crec), além do governo da Bahia, deve ser objeto de um protocolo de intenções assinado entre as partes durante a visita de Temer à China. Quem levar a Fiol poderá explorar o trecho ferroviário e ficará a cargo da construção do porto baiano. É tudo o que a Bamin precisa para escoar a produção. A construção do porto demanda cerca de US\$ 1 bilhão, e outros US\$ 400 milhões devem ser usados para concluir a malha.

O leilão só deve acontecer no início do segundo semestre de 2018, de acordo com o ministro dos Transportes, Mauricio Quintela, que compõe a comitiva de sete ministros e 11 deputados trazidos à China para tentar atrair investidores para obras de infraestrutura e para o programa de 57 privatizações anunciadas pelo governo. O protocolo não garante a formação do consórcio, até porque os chineses querem participação majoritária no projeto para fechar com a Bamin, mas confirma o interesse de investidores estrangeiros no Brasil, diz uma fonte do governo brasileiro.

Em seu primeiro dia na China, Temer recebeu os executivos de quatro grandes empresas chinesas com presença no Brasil. A agenda começou com as gigantes de energia State Grid (que tem 50% de seus ativos no exterior no Brasil), uma das maiores empresas do mundo, e a Three Gorges (que acaba de comprar linhas de transmissão no país). Em seguida, foram os presidentes de Huawei e HNA, que é acionista de Azul e TAP. Nas conversas, o presidente apresentou o programa de privatizações do governo, com destaque para a Eletrobras. Eles querem investir cada vez mais no Brasil e revelaram uma confiança extraordinária no país, no setor de energia — disse o presidente.

EMPRÉSTIMO À PETROBRAS

Brasil e China devem assinar uma série de acordos entre governos e setores privados. A maior expectativa é em torno de encomenda de 20 aviões da Embraer, como antecipou O GLOBO. Deve ser assinado ainda memorando de entendimento da Eletronuclear sobre a possível participação de uma empresa chinesa em Angra III e um empréstimo do China Exim Bank à Petrobras, no modelo usual.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Por outro lado...**

O governo mandou para Maia as MPs que congelam os reajustes dos servidores em 2018. Ele deu um, digamos, “piti” e não assinou nada. Perguntar não ofende Sabe a liminar que obriga a Petrobras a fornecer gás à termelétrica da JBS, em Cuiabá? Na ação, o juiz Luiz Eduardo de Castro Neves, da 21ª Vara Cível do Rio, diz: “Não é possível haver certeza quanto à irregularidade praticada e suas implicações”. Mas Joesley Batista não é réu confesso?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Isadora Peron / André Borges****Título: Governo recua e abre debate sobre reserva**

Portaria não revoga a extinção da Renca, mas suspende análises para atividade mineradora

Após a polêmica envolvendo a extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), o governo recuou e determinou a paralisação de todos os procedimentos relativos à atividade de mineradoras na área localizada entre o Pará e o Amapá. Na prática, a decisão não revoga o decreto assinado pelo presidente Michel Temer, mas suspende, por ora, a permissão para que a exploração mineral avance sobre a região amazônica.

Em nota divulgada ontem, o Ministério de Minas e Energia afirma que a decisão foi tomada pelo **ministro Fernando Coelho Filho**, após consultar Temer, que está em viagem à China. "A partir de agora o ministério dará início a um amplo debate com a sociedade sobre as alternativas para a proteção da região. Até propondo medidas de curto prazo que coíbam atividades ilegais em curso", diz o texto. Esse foi o primeiro recuo do governo em relação ao tema.

No início da semana, o Palácio do Planalto reeditou o decreto, mas não mudou efetivamente nada do texto. A opinião era de que o debate sobre a Renca tem sido prejudicado por uma série de informações "equivocadas", como a que dava a ideia de que as reservas ambientais da região seriam o alvo da mineração, quando isso já é proibido por lei e não era alvo do decreto inicial.

A pasta, no entanto, reconhece que a decisão foi tomada após as "legítimas manifestações da sociedade e a necessidade de esclarecer e discutir as

condições que levaram à decisão de extinção da Renca". Prazo. Segundo a nota, em 120 dias, o ministério vai apresentar ao governo e à sociedade as conclusões do debate e as "eventuais medidas de promoção do seu desenvolvimento sustentável" para a região. Apesar da suspensão, o governo federal já dá sinais de que não vai desistir de levar projetos da área de mineração para a região.

Diante dessa sinalização, entidades da sociedade civil continuam pressionando para que o decreto seja completamente revogado. Além dos protestos, a questão já se encontra na Justiça. Nesta semana, o juiz federal Rolando Spanholo, da 21.ª Vara do Distrito Federal, suspendeu por liminar o decreto que extinguiu a Renca. O PSOL também entrou com um pedido no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que a Corte reconheça a ilegalidade do decreto de Temer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta e Adriana Fernandes

Título: Acordo com Petrobrás renderá R\$ 7 bi à União

Recursos entrarão no caixa do governo em 2018 se a estatal desistir de disputas judiciais contra a Receita e pagar valores em litígio.

A Receita Federal e as empresas do setor de óleo e gás que atuam no Brasil, principalmente a Petrobrás, negociam o encerramento de duas disputas bilionárias causadas por diferentes interpretações da lei. Só com a estatal, a queda de braço envolve processos que somam R\$ 68,3 bilhões. Um acordo poderia reforçar a arrecadação de 2018 em aproximadamente R\$ 7 bilhões, segundo uma fonte da Receita.

Esse dinheiro ingressará no caixa caso as empresas concordem em desistir das disputas judiciais contra a Receita e pagar parte dos valores em litígio, com perdão das multas. Esse entendimento consta da Medida Provisória 795, editada há duas semanas. Na avaliação do governo, um acordo ajudará não só a melhorar as contas públicas do ano que vem, mas também permitirá à Petrobrás tirar essa pendência bilionária de seu balanço. Além disso, as regras mais claras têm o potencial de melhorar os lances nos leilões de áreas de petróleo programados para este ano.

A MP propõe uma solução para uma antiga disputa entre as petroleiras e a Receita envolvendo os contratos de afretamento de navios e sondas que atuam na exploração em mar. Só com a Petrobrás, estão em disputa R\$ 52,7 bilhões, segundo informou a estatal em fato relevante divulgado na semana passada.

No entendimento da Receita, esses contratos envolvem duas partes distintas: o aluguel da embarcação e os serviços nela prestados, que vão desde a instalação de equipamentos no mar até a retirada do óleo propriamente dito. Para os fiscais, as remessas ao exterior para pagar o afretamento são isentas do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Mas a parte de serviços não é. Portanto, está sujeita ao recolhimento de 15% - ou 25%, se o destino for um país com tributação baixa.

O problema é que a grande maioria dos contratos de afretamento não especifica qual é a parte referente ao aluguel da embarcação e qual é a parte de serviços. Na falta de um critério, as empresas do setor normalmente consideram que tudo se enquadra na isenção. Os fiscais, por outro lado, aplicam multas como se nada fosse isento.

Nova medida. Essa divergência foi parcialmente solucionada em 2015, quando uma lei fixou que a parte de afretamento corresponde a 85%, 80% e 65% do valor do contrato, dependendo do tipo de embarcação. A MP 795 permite que esses percentuais sejam aplicados no estoque de processos anteriores a 2015. As empresas podem recolher a diferença do IRRF acrescida de juros e perdão das multas. O saldo poderá ser pago em doze meses, começando em janeiro de 2018.

Outra disputa que a MP pretende encerrar é a que envolve a dedução de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de petróleo e gás da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Ela envolve processos que somam R\$ 15,6 bilhões só com a Petrobrás, e R\$ 17,9 bilhões no total do setor. A MP 795 revoga um tratamento diferenciado reivindicado pela Petrobrás e cria um regime para todas as empresas. Elas poderão descontar de imediato os investimentos em exploração e produção.

Já os gastos da etapa de desenvolvimento da produção, que as empresas queriam deduzir e a Receita não permitia, poderão ser descontados de forma acelerada. Em vez de abatê-los em parcelas iguais durante o período de produção do poço, essa dedução poderá ser feita a uma velocidade 2,5 vezes maior. As discussões judiciais sobre esse ponto caminham para uma derrota do governo. A MP é uma forma de tentar evitar uma perda bilionária de receitas.

Em nota, a Petrobrás confirma os valores das disputas com a Receita e informa que avaliará os impactos financeiros da MP após sua aprovação pelo Congresso Nacional e posterior regulamentação pela Receita. "A Petrobrás entende que o novo modelo de tributação terá reflexos positivos para a indústria de óleo e gás, esclarecendo conceitos importantes, possibilitando redução de litígios e

conferindo maior segurança jurídica e estabilidade, além de incentivo a novos investimentos", informa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor:

Título: PF descarta crime de Raupp em subsidiária

A Polícia Federal disse não ver crime do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) na conclusão de investigação sobre propina na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás. O inquérito foi aberto com base na delação do ex-diretor da BR Nestor Cerveró. A Procuradoria-Geral da República vai avaliar o parecer. "Informações mentirosas não devem prevalecer" disse o advogado de Raupp, Daniel Gerber

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DE DO RIO

Título: Furacão Harvey nos EUA faz Petrobras elevar preço da gasolina em 4,2%

Os efeitos da devastação provocada pelo Texas, nos EUA, vão chegar ao bolso do brasileiro. Nesta quinta (31), a Petrobras anunciou o maior reajuste no preço da gasolina vendida por suas refinarias desde que anunciou nova política de preços, no dia 30 de junho.

O aumento, de 4,2%, entra em vigor nesta sexta (1º) e é maior que toda a alta acumulada em agosto, que foi de 3,9%. O diesel subirá 0,8%.

No fim de julho, a gasolina chegou a subir 8,22% nas bombas, mas a alta foi provocada pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins.

O furacão, que atingiu a costa do Texas no sábado (26), levou ao fechamento de várias unidades industriais em uma região que concentra 16% de toda a capacidade de refino dos Estados Unidos.

"O preço está aumentando muito lá fora, e podemos esperar mais aumentos por aqui", diz o consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

Segundo a política de preços instituída em julho, a área técnica da Petrobras tem autonomia para realizar ajustes diários nos preços de acordo com a variação das cotações internacionais de do câmbio.

Em agosto, foram 22 alterações no preço da gasolina, 11 delas para cima. O preço do diesel foi ajustado 24 vezes, 13 delas para cima.

A disparada nas cotações internacionais, porém, ocorreu nesta semana, como resultado do Harvey. "Desde 2013, o preço não disparava tão rápido quanto agora", comentou Pires.

Segundo a EIA (Agência de Informações em Energia dos EUA), só na quarta (30), a gasolina no atacado subiu 5,3% no golfo do México, onde estão as refinarias de Houston.

Na Bolsa de Nova York, os contratos futuros do combustível tiveram alta de 5,7%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunistas

Autor: Nelson Barbosa

Título: Eletrobras e a busca frenética por receitas

Na semana passada, o governo anunciou a intenção de privatizar a Eletrobras. Sou favorável à medida, e o governo Dilma já havia iniciado esse processo em 2015, começando pela Celg-D e sinalizando que outras seis distribuidoras do grupo no Norte e no Nordeste teriam o mesmo destino.

A privatização pode aumentar a capacidade de investimento da companhia, bem como estimular a concorrência e garantir o abastecimento de um insumo estratégico como energia elétrica, desde que se adote uma regulação adequada.

A privatização também pode ser feita de modo individualizado, por cada empresa do grupo, uma vez que há unidades rentáveis e unidades deficitárias no conjunto de ativos. Mas essa não parece ser a intenção do governo.

A "operação Eletrobras" foi apresentada no âmbito de um programa mais amplo de concessões e privatizações, cujo objetivo seria dar maior eficiência às estatais. Na prática, o objetivo parece ser mais urgente: antecipar receitas para cumprir a meta fiscal de 2018.

Diante da dificuldade do governo em revisar, no Congresso Nacional, desonerações e aumentar tributos, a "operação Eletrobras" surgiu como forma alternativa de aumentar receitas. Vamos por partes.

Em 2012, o governo Dilma renovou várias concessões em troca de uma redução excessiva das tarifas de energia, sem receber nenhum pagamento pela renovação.

Agora o governo Temer propõe exatamente o contrário: revisar os acordos de 2012 e permitir que as companhias aumentem substancialmente o preço da energia em troca de um pagamento à União, o "bônus de descotização".

Segundo cálculos da Aneel, esse pagamento pode gerar um aumento de até 16,7% nos preços de energia, ou seja, um tarifaço.

Como a Eletrobras precisará levantar recursos para pagar o bônus de descotização, a privatização entra no processo como uma forma de gerar receitas.

Segundo o balão de ensaio "vazado" pelas autoridades, a intenção do governo é fazer um grande aumento de capital da holding (empresa-mãe), do qual a União não participará e, portanto, deixará de ter o controle acionário da empresa.

Na sequência, parte dos recursos levantados pela privatização será destinada ao pagamento antecipado do bônus de descotização, elevando o resultado primário de 2018.

No final das contas, a estratégia é transformar uma receita financeira (privatização) em uma antecipação de receita primária (bônus de descotização) para ajudar o cumprimento da meta fiscal de 2018.

Trata-se de mais uma operação não recorrente de aumento de receita para fechar o buraco criado pelas metas fiscais irrealistas da equipe econômica. Tudo isso sem resolver o problema estrutural do Orçamento: o desequilíbrio entre o crescimento das receitas e despesas recorrentes do governo.

O problema da "operação Eletrobras" não é a privatização em si, nem o ajuste no preço da energia. O problema é a forma proposta.

É perfeitamente possível ajustar o preço da energia gradualmente, distribuir os pagamentos à União ao longo de vários anos e privatizar ou não cada unidade da Eletrobras individualmente, com base em uma análise transparente do valor comercial e estratégico de cada ativo para o desenvolvimento do país.

Como o governo ainda não bateu o martelo sobre a operação, espero que considerações de longo prazo prevaleçam sobre a busca frenética por receitas no curto prazo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: DANIEL CARVALHO DE BRASÍLIA

Título: 'Vai ter troco', diz líder do DEM após perder ministro e senador para PMDB

A declaração do presidente nacional do PMDB, senador Romero Jucá (RR), de que o senador Fernando Bezerra Coelho (PE) e o filho dele, **o ministro Fernando Bezerra Coelho Filho (Minas e Energia)**, vão migrar para o partido abriu uma crise entre o DEM e o governo.

O partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ) e do ministro Mendonça Filho (Educação) estava negociando com os dissidentes do PSB e agora pretende revidar a ação do partido do presidente Michel Temer.

"Vai ter troco", disse à **Folha** Efraim Filho (PB), líder da bancada de 30 deputados, a oitava da Câmara.

"Nossa relação fica extremamente fragilizada. Não é assim não", disse o deputado, segundo quem houve um "desconforto generalizado" no comando do partido.

O primeiro capítulo da disputa entre PMDB e DEM por dissidentes do PSB aconteceu em julho.

À época, quando percebeu o assédio do DEM para inflar sua bancada, Temer foi à casa da líder do PSB, Tereza Cristina (MS), para oferecer o PMDB como legenda para receber os cerca de 15 insatisfeitos do partido.

Apesar de se dizer independente, o PSB costumava acompanhar o governo em votações importantes.

No entanto, a cúpula do partido resolveu punir seus parlamentares que votassem a favor das reformas trabalhista e da Previdência, o que rachou o partido.

Nesta quinta-feira (31), Jucá anunciou que o PMDB receberia o senador, o ministro e outros dissidentes.

Bezerra Coelho disse a aliados que as conversas com o PMDB estavam evoluídas, mas que ainda precisava de algumas garantias do partido em Pernambuco para bater o martelo.

Ele terá conversas antes do feriado de Sete de Setembro, na semana que vem, para, então, fazer o anúncio oficial.

Rodrigo Maia, responsável pelo diálogo com os dissidentes do PSB, não quis comentar o assunto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Leonardo Cavalcanti

Título: Brasília-DF

Adeus, PSB I

O deputado pernambucano Jarbas Vasconcelos (PMDB) decidiu assumir publicamente um tom amistoso sobre os movimentos da cúpula nacional do partido para atrair o **ministro das Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho Filho**, e o pai dele, o senador Fernando Bezerra, ambos insatisfeitos com o PSB. O desembarque dos dois está previsto para ocorrer em 10 dias.

Adeus, PSB II

No estado, entretanto, o jogo é complexo. Suspenso pela cúpula nacional do PMDB, Jarbas tenta manter o controle da legenda e, ao mesmo tempo, permanecer próximo politicamente do governador Paulo Câmara, do PSB, candidato à reeleição. A dificuldade é que a saída de Coelho Filho do PSB é para disputar o Palácio das Princesas. A peleja está animada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner | De Brasília****Título: Ministério decide paralisar todos os procedimentos sobre a área da Renca**

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, determinou ontem a paralisação de todos os procedimentos relativos a eventuais direitos minerários na área da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), segundo nota divulgada pela pasta.

Até então não havia ainda procedimentos em curso, pois as áreas que eram de exploração exclusiva da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) ainda não estão à disposição do mercado. No entanto, segundo o comunicado, a decisão foi tomada após consulta ao presidente Michel Temer e em até 120 dias o ministério apresentará conclusões sobre eventuais medidas de promoção do desenvolvimento sustentável da área, "com a garantia de preservação".

"A partir de agora, o ministério dará início a um amplo debate com a sociedade sobre as alternativas para a proteção da região. Inclusive propondo medidas de curto prazo que coíbam atividades ilegais em curso", diz a nota. "Essa iniciativa se dá em respeito às legítimas manifestações da sociedade e a necessidade de esclarecer e discutir as condições que levaram à decisão de extinção da Renca."

Na semana passada, o governo decretou que a Renca deixaria de ser reserva de uso exclusivo da CPRM e poderia abrigar também projetos de mineração de investidores privados. A Renca fica na Amazônia, entre o norte do Pará e o sul do Amapá. A decisão desagradou a ambientalistas e à oposição no Congresso, desencadeando uma série de medidas judiciais para reverter o decreto.

O governo então assinou um novo decreto, em que mantinha o fim da reserva, mas especificava de forma mais detalhada o que poderia ser feito na área. A nova medida, porém, foi considerada uma "maquiagem" pelos críticos.

Decisões da Justiça Federal brecaram o processo, que foi parar nas mãos do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Gilmar suspendeu as medidas judiciais contrárias ao decreto, mas na quarta-feira deu dez dias para que Temer explique o decreto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Arícia Martins e Juliana Machado | De São Paulo****Título: Reajuste da gasolina terá impacto de 0,07 ponto no IPCA**

Anunciado ontem pela Petrobras, o reajuste de 4,2% da gasolina nas refinarias deve elevar a inflação de setembro. Após a decisão da estatal, que entra em vigor hoje, economistas elevaram ligeiramente suas estimativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês, em cerca de 0,07 ponto. Como o cenário inflacionário segue tranquilo e as correções aos distribuidores não têm sido totalmente repassadas às bombas, as revisões não foram significativas.

Na noite de quarta, a estatal já havia comunicado um reajuste de 0,5% no combustível, válido a partir do dia seguinte. A Petrobras passou a adotar a nova política de preços de combustíveis em 3 de julho. Desde então, os anúncios de correções passaram a ser mais frequentes, quase diários, e a gasolina já acumulou alta de 10% aos distribuidores.

Desta vez, os analistas revisaram suas projeções de inflação ao consumidor devido à intensidade maior da correção nas refinarias. Em função do novo aumento da gasolina, a LCA Consultores ajustou para cima a projeção para a elevação do IPCA em setembro, de 0,30% para 0,35%. A projeção para o avanço do indicador no ano, antes mais próxima de 3,45%, agora está ao redor de 3,5%.

Se a correção aos distribuidores fosse integralmente repassada às bombas, a previsão para o IPCA do mês mudaria para 0,37%, e não 0,35%, diz o economista Fabio Romão. Os aumentos, no entanto, estão chegando ao varejo em menor intensidade, devido a dois fatores, observa ele.

Em primeiro lugar, o distribuidor não tem como mudar o preço final da gasolina quase diariamente, frequência com que têm ocorrido os últimos reajustes efetuados pela Petrobras. Além disso, o cenário de demanda ainda fraco impede que os reajustes cheguem ao consumidor de forma integral.

Em agosto, mês em que a alta da alíquota de PIS e Cofins sobre os combustíveis teve efeito sobre a inflação, a gasolina deve registrar aumento de 7,8% dentro do IPCA, estima Romão. "Se fôssemos levar ao pé da letra o aumento de tributos, teríamos uma alta de 10% da gasolina, ou mais."

Considerando que cerca de 60% do reajuste efetuado aos distribuidores chegará ao consumidor, o impacto no IPCA de setembro será de 0,09 ponto percentual, calcula Márcio Milan, economista da Tendências Consultoria. A gasolina tem peso de 3,7% no indicador oficial de inflação. A Tendências vai esperar a divulgação do índice de agosto para então revisar o dado de setembro, que por enquanto segue estimado em alta de 0,3%.

"O saldo líquido da nova política de preços de combustíveis é de alta no preço da gasolina nas bombas", diz Milan. Sem incluir o novo reajuste na conta, o

economista já estimava alta de 1% para o combustível dentro do IPCA em setembro, em função do aumento da alíquota de PIS e Cofins sobre o produto. Agora, essa previsão deve aumentar.

A expectativa da LCA para o avanço da gasolina em 2017 também foi elevada, de 5,5% para 8,3%. Mesmo assim, Romão segue avaliando o cenário inflacionário como tranquilo, porque outros itens continuam surpreendendo para baixo, com destaque para os alimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: David Sheppard | Financial Times, de Londres

Título: Preço da gasolina dispara com impacto de Harvey

A devastação causada pela tempestade tropical Harvey começou ontem a se propagar para bem além de Houston. Ao mesmo tempo, os danos infligidos à infraestrutura energética dos Estados Unidos elevaram significativamente os preços da gasolina e obrigaram Washington a interferir para evitar escassez.

Quase uma semana após a tempestade se abater sobre o Texas, quase um terço das refinarias de petróleo, muitas das quais se concentram na costa americana do Golfo do México, foi afetado. As refinarias que ainda operam na região estão tendo dificuldades para importar petróleo devido às suspensões temporárias de funcionamento das instalações portuárias.

Os contratos futuros de gasolina foram especialmente afetados pelo anúncio do Oleoduto Colonial, na noite de quarta-feira, de que estava fechando a principal artéria de transporte de combustível do polo de refino da Costa do Golfo do México para a Costa Leste dos Estados Unidos, uma iniciativa que poderá restringir drasticamente os fluxos de gasolina e diesel para algumas das maiores cidades americanas.

O Colonial disse ontem que espera fazer remessas "intermitentes" a partir de pontos situados na linha a leste do Lago Charles, no Estado de Luisiana, mas acrescentou ser altamente improvável que consiga torná-la plenamente operante antes de domingo.

A gasolina americana subiu 15% ontem no atacado, para US\$ 2,17 o galão (de 3,785 litros), uma alta recorde dos últimos dois anos, e um acréscimo de mais de 33% em relação aos níveis registrados antes da tempestade. Isso significa que os motoristas enfrentarão altas significativas dos preços nas próximas semanas.

"Neste momento o setor está sendo impulsionado por muito medo", disse David Leben, diretor de comercialização de derivados de petróleo do BNP Paribas. "Essa foi a maior variação em um único dia [da gasolina] que muitos já viram nesse mercado."

O analista Ole Hansen, do Saxo Bank, disse que mais de 3 milhões de barris por dia de petróleo estavam sendo deixados nos tanques devido às interrupções do funcionamento de refinarias da costa americana do Golfo do México. Treze delas, por exemplo, foram obrigadas a fechar ou a reduzir operações, entre as quais a maior unidade do país.

A refinaria de controle saudita Motiva, de Port Arthur, Texas - com capacidade para processar 603 mil barris de petróleo por dia, mais do que qualquer unidade do país - poderá ser fechada por nada menos do que duas semanas, informou a agência Reuters.

Em um sinal dos crescentes problemas de abastecimento, o Departamento de Energia dos Estados Unidos autorizou a liberação de 1 milhão de barris de petróleo de sua Reserva Estratégica de Petróleo (SPR, na sigla em inglês) para a refinaria da Phillips 66 em Lake Charles, após solicitação da empresa.

A Agência Internacional de Energia (AIE), que coordena liberações de estoques de combustíveis do governo, disse acreditar que os Estados Unidos têm estoques de gasolina e diesel suficientes para superar os atuais problemas de abastecimento.

"Se o tempo voltar a mudar, a situação poderá ser outra... mas [a liberação de estoques de emergência] ainda não está sendo cogitada", disse Neil Atkinson, diretor da divisão de petróleo da AIE, sediada em Paris.

As tradings europeias se esforçam para enviar mais gasolina, com quase 45 navios contratados ou com reservas sendo negociadas nesta semana, e mais cinco acrescentados ontem, disse a Gibsons Shipbrokers de Londres.

"A [tempestade] Harvey é o pior acontecimento visto pelo setor de refino desde o Katrina", disse Andy Lipow, da consultoria Lipow Oil Associates, sediada em Houston.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Ian Talley | Dow Jones Newswires, de Washington

Título: EUA podem bloquear aquisição da Citgo pela Rosneft

O governo do presidente Donald Trump está pronto para impedir que a estatal russa Rosneft de assumir o controle da Citgo Petroleum, um importante ativo de energia nos EUA que pertence a Venezuela, que é aliada de Moscou, segundo uma fonte do governo americano.

A estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) ofereceu à russa Rosneft quase metade das ações da Citgo como garantia para US\$ 1,5 bilhão em empréstimos tomados em 2016 para aliviar a necessidade de caixa da companhia e seu controlador, o governo venezuelano.

Preocupados com a possibilidade da estatal russa de obter o controle da Citgo, que representa quase 5% da capacidade de refino dos EUA, alguns congressistas americanos pediram ao governo Trump usar uma lei de segurança nacional para impedir o acordo.

Rosneft, ciente do potencial de seu acordo com a Citgo ser bloqueada, vem buscado novas garantias para seus empréstimos, segundo duas fontes próximas à questão. Além de oferecer participações em grandes projetos de produção de petróleo na Venezuela, o governo do presidente Nicolás Maduro também vem prometendo fornecimento futuro de petróleo como garantia e pagamentos de juros, segundo essas fontes.

Representantes da Embaixada russa em Washington, Citgo, Rosneft e da PDVSA não responderam aos pedidos de entrevista.

A Rússia, uma grande produtora de petróleo e gás natural, vem usando seu peso nos mercados globais de energia como um instrumento de política externa. Moscou continua a apoiar o governo de Maduro - que os EUA declararam se tratar de uma ditadura e sobre o qual vem anunciando sanções - o que proporciona ao presidente russo, Vladimir Putin, um canal para desafiar a influência dos EUA na América Latina.

O financiamento proporcionado pela Rússia a Caracas permite a sustentação do governo de Maduro em meio ao aprofundamento da crise econômica e política do país.

Diante da crescente tensão entre Moscou e Washington sobre uma série de questões, congressistas americanos temem que o Kremlin obtenha o controle da Citgo se a PDVSA entrar em default. A estatal venezuelana tem cerca de US\$ 60 bilhões em dívida no mercado.

A mais recente rodada de sanções dos EUA contra a Venezuela teve como alvo a dívida do país sul-americano, o que elevou os riscos de um default. Os principais ativos da Citgo são três grandes refinarias nos EUA, duas na costa do Golfo do México, no Texas e na Louisiana, e outra nos arredores de Chicago (Illinois), que

possuem uma capacidade de processar 750 mil barris/dia de petróleo. A Citgo também tem 48 terminais de armazenamento, do Texas ao Maine, e mais nove linhas de oleodutos.

Mas uma fonte sênior do governo americano disse que Washington não permitirá que a Rosneft - que é alvo de sanções dos EUA pelo papel da Rússia na desestabilização da Ucrânia - assuma o controle da Citgo. "Se a Rosneft assumir uma participação majoritária, isso desencadeará várias implicações legais para a Citgo em termos de seu status", disse essa fonte. "Isso também constituiria uma mudança na propriedade estrangeira da Citgo, e vamos olhar isso."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: Tempestade tropical Irma entra no radar dos operadores

Os Estados Unidos ainda nem terminaram de contabilizar os danos provocados pelo furacão Harvey no sudeste do Texas e sudoeste da Louisiana - que deixou ao menos 33 mortos - e já se preocupam com outra ameaça meteorológica. A tempestade tropical Irma.

O novo fenômeno meteorológico está no meio do oceano Atlântico - cerca de 1.160 quilômetros a oeste de Cabo Verde - e se dirige em direção ao Caribe. Irma ganhou força rapidamente ontem e, à noite, foi elevada para um furacão de categoria 3 (com rajadas de ventos sustentados de mais de 180 km por hora) na escala Saffir-Simpson, de acordo com o Centro Nacional de Furacões (NHC) dos Estados Unidos.

Segundo analistas, a nova tempestade pode prejudicar ainda mais as exportações americanas de petróleo e derivados - entre 5 milhões a 6 milhões de barris por dia - já bastante afetadas pela destruição provocada por Harvey na Costa do Golfo do México.

"Fomos alertados sobre o próximo fenômeno tropical", disse Olivier Jakob, analista do grupo de pesquisa Petromatrix.

Segundo os modelos de previsão do NHC, o quarto furacão da temporada poderá atingir a República Dominicana, o Haiti e o território americano de Porto Rico no meio da semana que vem.

Harvey, que atingiu a Costa do Golfo do México como um perigoso furacão de categoria 4 (com ventos de mais de 211 km por hora), foi rebaixado ontem para a categoria de depressão tropical.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Assis Moreira | De Pequim****Título: Oferta agrícola da UE terá etanol e carne**

A União Europeia (UE) deu a garantia de que fará no começo de outubro sua oferta agrícola ao Mercosul, e vai incluir acesso para carne bovina e etanol, informou ao **Valor** o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. O ministro passou por Bruxelas, Londres e Paris, antes de se juntar à delegação do presidente Michel Temer na China. Na capital belga, deixou claro que sem carne bovina, etanol e açúcar não poderia haver acordo.

Em Paris, o ministro das Relações Exteriores francês, Jean-Yves le Drian, observou que um acordo com o Mercosul gera repercussões políticas no país, em razão da sensibilidade do setor agrícola, mas que é preciso colocar logo as cartas na mesa, nos dois lados.

Para o ministro brasileiro, um acordo vai ajudar a quebrar o que chamou de "mito" de ameaça das exportações do Mercosul, lembrando que a França faz exportações significativas de produtos agrícolas para o Brasil e o resto do Mercosul, incluindo defensivos agrícolas.

Em Bruxelas, a comissária europeia de Comércio, Cecilia Malmström, e outras autoridades reafirmaram a importância política do acordo birregional, ainda mais no contexto atual, com as tendências isolacionistas do governo de Donald Trump.

Em Londres, o chefe da diplomacia britânica, Boris Johnson, lembrou que o Reino Unido continua apoiando o acordo com o Mercosul. Uma vez que o Brexit (saída da UE) se concretize, Londres vai querer utilizar o acordo UE-Mercosul como o ponto de partida para um entendimento mais audacioso com o bloco do Cone Sul.

No quarto trimestre, deverá ser realizada no Brasil a cúpula UE-Brasil. É quando se espera o impulso final para o anúncio de um pré-acordo em seguida à conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires.

Por sua vez, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, informou que planeja ir aos EUA no fim do mês ou início de outubro para conversar com autoridades americanas e evitar que o aço brasileiro sofra com uma eventual sanção, que teria como alvo sobretudo a China.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Brookfield e J&F

A venda das linhas de transmissão da empresa de energia da J&F Investimentos deve ser fechada com o fundo canadense Brookfield no próximo dia 12, apurou o **Valor**. Ontem terminou o prazo acertado com a Brookfield para acesso à sala de informações ("data room") e para realização da auditoria legal ("due diligence") dos ativos da Âmbar Energia. O valor do negócio deverá ser fechado por cerca de R\$ 840 milhões. O pacote envolve quatro linhas de transmissão. São 1.240 quilômetros espalhados em vários Estados do país - três já em operação e uma prevista para ficar pronta neste mês. A Brookfield, segundo a fonte, pediu esse prazo até 12 de setembro para que seu Comitê de Investimento, baseado no Canadá, dê a aprovação final ao negócio em uma reunião que vai analisar a operação. Além das linhas de transmissão, cujo dinheiro vai reforçar o caixa da J&F, a Âmbar é dona de uma termelétrica a gás em Cuiabá (MT), de mais de 529 MW, interligada a um gasoduto próprio que vai até as reservas de gás na Bolívia. Esse ativo não está à venda neste momento.

Dispensa para Usiminas

A Usiminas conquistou a dispensa definitiva da necessidade de uma oferta de troca de dívida que havia acertado com os credores na época que negociou a reestruturação de sua dívida. Os bancos japoneses, que ainda analisavam a possibilidade de cobrar essa operação de permuta, aceitaram que a companhia não a realize. Em contrapartida, além de pagar metade dos US\$ 180 milhões, algo que também já estava acertado com as instituições financeiras, a siderúrgica também pagará uma taxa adicional pelo "waiver", ou o perdão dos credores por ter quebrado essa cláusula restritiva da negociação. Os bônus seguem com vencimento em janeiro de 2018. Para a Usiminas, esse acerto final acaba sendo mais vantajoso do que havia concordado no ano passado. Metade das notas de dívida teria de ser trocada por novas até junho deste ano, pelo contrato original.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio**Título:** Vestas almeja 17% do mercado brasileiro de turbinas eólicas

Animada com o recente anúncio do governo de realização de dois leilões para contratação de energia nova no fim do ano, a dinamarquesa Vestas, maior fabricante mundial de turbinas eólicas, com faturamento anual de € 10 bilhões (cerca de R\$ 38,1 bilhões) vê potencial de expansão dos negócios no Brasil, considerado seu principal mercado na América do Sul. A meta da companhia é alcançar no país a mesma fatia de mercado que possui globalmente.

Presente no Brasil desde 2000, a companhia possui 10% de participação do mercado local. Em âmbito global, a empresa detém algo entre 15% e 17%. No entanto, se for desconsiderado o mercado chinês, que responde por metade do mercado mundial e é fortemente dominado por empresas locais, a Vestas possui 30% do mercado global.

"Estamos executando o plano conforme o previsto [para o Brasil]. Não vejo razão para, no longo prazo, não termos a mesma participação no país que temos globalmente", disse Anders Runevad, presidente mundial da empresa.

Ele esteve no Brasil esta semana para participar do Brazil Windpower, principal evento do mercado eólico do país, e se encontrar com empresas do setor. Na rápida agenda no país, o executivo se encontrou com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso.

No cargo desde 2013, o sueco tem experiência no mercado brasileiro, onde presidiu a unidade local da sueca Ericsson, entre 2004 e 2006. O executivo reconhece que a situação da economia brasileira na época era melhor, mas, ainda assim, acredita no potencial de crescimento de negócios no país.

"Quando olho o mercado brasileiro para fontes renováveis, as tendências são positivas", disse, lembrando que o país possui recursos naturais em abundância, um dos melhores regimes de vento do mundo e potencial de desenvolvimento de mercado, considerando o tamanho da população do país.

"Claro que minha ambição é crescer o volume de negócios no Brasil. Mas vai depender do mercado, da realização de leilões", afirmou. "Temos o luxo de ter paciência, porque a empresa está em uma posição estável e tem visão de longo prazo", completou.

Nos últimos 25 anos, o custo da energia eólica caiu cerca de 80% e mantém ritmo de queda de 3% a 5% por ano

No Brasil, a empresa tem pouco mais de 1 mil megawatts (MW) de capacidade instalada de turbinas fornecidas e outros 371 MW em construção e pedidos firmes. Os números, porém, ainda são modestos em comparação ao total da companhia, que atua em 70 países e já forneceu 82 mil MW em turbinas e presta serviços para 71 mil MW em equipamentos.

Runevad explica que, caso o mercado brasileiro desponte, a empresa está preparada para colocar mais recursos no país. "Tudo depende de como será o sucesso do mercado. Já investimos cerca de US\$ 50 milhões e, definitivamente, estou preparado para investir mais, dependendo do desempenho do mercado."

A estrutura da Vestas no Brasil inclui um escritório, que funciona como um "hub" para o Cone Sul - região que envolve, além do Brasil, a Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai -, além de uma fábrica em Aquiraz, no Ceará.

O executivo é otimista com relação ao mercado de energias renováveis. Segundo ele, além dos benefícios do ponto de vista climático, a fonte eólica precisa ser competitiva em relação a outras tecnologias de geração. Ele lembra que nos últimos 25 anos, o custo da energia eólica caiu cerca de 80%. E, em curto prazo, esse custo vem se reduzindo entre 3% e 5% por ano.

Questionado sobre o movimento global de consolidação entre grandes fabricantes mundiais de turbinas, Runevad acompanha o fenômeno, mas não prevê nenhuma aquisição pela companhia nos próximos anos. O presidente a companhia no Brasil, Rogério Zampronha, lembra que, mesmo após as fusão entre Siemens e Gamesa e Nordex e Acciona, além da aquisição pela GE do negócio de energia da Alstom, a Vestas permanece como a maior do setor.

No segundo trimestre, o volume de encomendas da empresa globalmente cresceu 49% em relação a igual período do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Governo considera remota chance de acordo com Cemig

O governo federal, à medida que o tempo passa, considera que tem se tornado cada vez mais remota a possibilidade de viabilizar um acordo com a Cemig para manter as três hidrelétricas sob o controle da companhia. Uma fonte a par do assunto, que pediu para não ter o nome revelado, disse que, até agora, a Cemig não apresentou nenhuma proposta, apesar de assegurar que vai apresentar uma saída que atenda também ao interesse do governo.

Para minimizar o rombo nas contas públicas, o governo não quer abrir mão da previsão de receber R\$ 11 bilhões pela bonificação de outorga que será cobrada dos vencedores do leilão das usinas, marcado para 27 deste mês. Em negociação com o governo, a Cemig pretende obter novo prazo de concessão para as hidrelétricas São Simão, Jaguará e Miranda. Nos planos da empresa, Volta Grande seria a única usina retomada pela União e levada a licitação.

Sem receber proposta da companhia, o governo avalia que está cumprindo, na prática, mero protocolo de receber a Cemig para negociar. A fonte do setor lembra que a situação financeira da estatal mineira é difícil, o que complica obtenção de empréstimo com instituições financeiras. Lembra que ela acumula dívida de cinco vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebtida).

E observa ainda que a empresa chegou a tal ponto que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já teve que apelar ao governo mineiro, acionista controlador, para fazer aporte de R\$ 1,4 bilhão na sua distribuidora para cumprir obrigações da concessão.

Segundo a fonte, a Cemig está querendo trazer a Aliança, empresa de geração criada em associação com a Vale, para o negócio. A ideia seria garantir a cobertura de parte do aporte exigido pelo governo.

Enquanto isso, o governo trabalha para recorrer ao "plano A", que seria o leilão. Apesar de haver uma liminar na Justiça contra o leilão e o governo manter conversas com executivos da Cemig, a Aneel aprovou na semana passada ajustes nas regras da licitação que resultaram na republicação do edital.

De sua parte, o BNDES ainda não tem uma definição sobre um possível pleito de financiamento à Cemig para ter recursos para negociar com o governo a prorrogação do contrato de concessão das hidrelétricas, afirmou a superintendente da área de Energia do banco, Carla Primavera. "A Cemig nos procurou para captar um financiamento. Houve uma reunião no banco, sim, para discutir um possível pleito de financiamento", disse.

Segundo ela, a reunião ocorreu há menos de duas semanas. Ela ressaltou que ainda não há um pleito formal por parte da Cemig. "Ainda não temos nenhum desdobramento para declarar qualquer coisa. Estamos dialogando tanto com a Cemig quanto com o regulador, mas não temos nenhum desdobramento sobre isso", afirmou.

Sobre os leilões de geração de energia previstos para fim do ano, Carla sinalizou que a linha de financiamento para os leilões deverá ser ainda com TJLP, já que a TLP, caso confirmada, só entrará em vigor em janeiro de 2018. Ela, todavia, explicou que tudo ainda está sendo discutido com EPE, Aneel e **Ministério de Minas e Energia**.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Fernanda Pires e André Ramalho | De São Paulo e do Rio****Título: Falta de combustível afeta navegação de longo curso**

Ao menos 12 navios tiveram problemas de abastecimento no porto de Santos (SP) desde segunda-feira devido à falta do combustível marítimo (bunker), fornecido pela Petrobras. Os atrasos variaram de três a quase 24 horas e algumas embarcações seguiram viagem sem todo o combustível contratado, conforme o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado São Paulo (Sindamar).

Um porta-contêiner ficou quase 24 horas esperando o fornecimento de bunker após terminar a operação. Concluiu a movimentação de cargas na quarta-feira às 14 horas, mas zarpou ontem às 11h42 do dia seguinte.

O custo fixo diário de uma embarcação varia de US\$ 12 mil a US\$ 80 mil, dependendo do porte. "O problema vem desde junho, mas se agravou nos últimos dias", disse José Roque, diretor-executivo do Sindamar. "A Petrobras fecha o contrato de abastecimento sem ter como entregar. Navio tem compromisso comercial. É um descaso, falência operacional. Não estamos no fundo do poço, estamos cavando o poço."

Os navios mais afetados são os de cabotagem - que fazem a navegação doméstica - e os chamados "tramp", que não têm linha fixa e são contratados por viagem. Mas também os de linha regular de longo curso - que fazem as rotas internacionais - enfrentam problemas. A Hamburg Süd, armador líder nos tráfegos brasileiros, tinha até ontem quatro navios com atrasos de seis a 12 horas em Santos. Desde 2015, devido a restrições como a atual, os armadores de longo curso passaram a trazer os navios para o Brasil já abastecidos. Mas há casos em que precisam do fornecimento aqui.

Segundo a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), a situação ocorre desde o início de agosto. Os casos mais problemáticos são em Santos, Belém (PA) e Praia Mole (ES). "Tivemos a informação [no mercado] de que a restrição seria porque a Petrobras estaria priorizando o fornecimento de óleo combustível para as termelétricas, mas não estamos numa época de crise hídrica. É pouco provável que seja por isso. É um argumento que não foi muito bem entendido", disse o presidente da Abac, Cléber Lucas.

Questionado se as companhias de navegação pretendem buscar novas fontes de suprimento, Lucas disse que os ativos logísticos dessa cadeia estão hoje concentrados nas mãos da Petrobras, o que dificulta a importação.

Particularmente na cabotagem, o caso é ainda mais problemático. "Nossos navios são restritos à costa brasileira. Não temos alternativa de ir para outro país para carregar", disse.

A Petrobras confirmou que um "inesperado aumento na demanda de óleo combustível" impactou "de forma excepcional" a oferta de bunker no país. A estatal atribuiu as restrições na oferta ao aumento do consumo das termelétricas.

"A Petrobras participa do suprimento do Brasil com diversos derivados de petróleo, inclusive combustível marítimo e óleo combustível para uso termelétrico. Tais produtos, apesar de não terem as mesmas especificações, são produzidos a partir da mesma corrente. Recentemente, houve um inesperado aumento na demanda de óleo combustível, decorrente do aumento do despacho das usinas termelétricas que impactou, de forma excepcional, a oferta de combustível marítimo e óleo combustível", informou em nota.

A estatal esclareceu ainda que vem trabalhando para restabelecer a normalização da oferta do derivado nos portos ao longo de setembro e que vem atuando junto aos seus clientes para minimizar eventuais impactos, sobretudo para a navegação de cabotagem.

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, disse ontem que as restrições na oferta de bunker não preocupam por ora. "Não vejo nada grande ainda. Não é um problema que esteja nos preocupando no momento", afirmou o diretor, durante cerimônia de assinatura dos contratos de concessão arrematados na 4ª Rodada de áreas com acumulações marginais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fernanda Pires e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: Âmbar, da J&F, obtém liminar que obriga Petrobras abastecer térmica

A Âmbar Energia, do grupo J&F Investimentos, conseguiu ontem uma liminar na Justiça do Rio que obriga a Petrobras a restabelecer o fornecimento de gás para sua termelétrica em Cuiabá (MT). A estatal tem 48 horas corridas, a contar da notificação, para cumprir a decisão, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. Em nota, a Petrobras disse que "ainda não foi notificada da liminar e, quando o for, avaliará o conteúdo e tomará todas as medidas cabíveis na defesa dos seus interesses".

A Petrobras rompeu unilateralmente o contrato de fornecimento de gás para a termelétrica da Âmbra há três meses, alegando violação de cláusula contratual que trata da legislação anticorrupção, após a usina ser citada na delação dos sócios da J&F.

A Âmbra estuda pedir ressarcimento pelos prejuízos causados durante o tempo em que a usina ficou sem gás. A conta pode atingir dezenas de milhões de reais.

A Âmbra é a empresa pela qual Joesley Batista pediu que o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures intercedesse para resolver pendências no Cade. A térmica tem potência bruta de 529 megawatts e desde junho está parada.

Na decisão, o juiz Luiz Eduardo de Castro Neves diz: "em que pese a gravidade das notícias que têm atingido o país, é evidente que a irregularidade da conduta deve ser devidamente comprovada judicialmente, quer por condenação judicial, mesmo que não transitada em julgado, ou por delação premiada devidamente homologada, sob pena de se infringir o princípio de presunção de inocência".

O juiz apontou que não é possível haver certeza "quanto à irregularidade praticada e suas implicações, diante das inúmeras questões envolvidas e da ausência de certeza quanto à prática indevida". O escritório que defende a Âmbra, Costa e Tavares Paes, não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Crescimento da China puxa minério e metais em agosto

Agosto foi um mês de dois extremos para as commodities industriais. Enquanto os produtos que dependem mais da China - notadamente, minério de ferros e metais não ferrosos - demonstraram recuperação surpreendente, o petróleo, ainda pressionado pelo lado da oferta dos Estados Unidos, registrou queda no período.

O minério com teor de 62% de ferro no porto de Qingdao, uma das principais referências no mercado transoceânico, terminou ontem o mês em US\$ 78,91 por tonelada, maior preço em dez dias e consolidando alta de 7,1% em agosto. Com isso, no ano o insumo acumula leve alta de 0,1%. O levantamento é da "Metal Bulletin".

No mês, a China, maior compradora da matéria-prima no mundo, continuou com nível bastante elevado de produção siderúrgica. Em julho, por exemplo, o

país fabricou 74 milhões de toneladas de aço bruto, um forte crescimento de 10,3% na comparação anual, em reflexo do mercado de construção aquecido.

Em agosto, mostram dados oficiais do governo central, a atividade também continuou intensa. O Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) industrial do país subiu acima do esperado pelo mercado, para 51,7 pontos. Só no setor do aço, o aumento foi para 57,2 pontos, maior nível desde abril de 2016. Patamar acima de 50 pontos indica expansão.

"O índice sugere que a produção industrial desafia a desaceleração generalizada da economia", escreveu a consultoria Capital Economics em relatório.

"Suspeitamos que a causa disso seja o aumento da produção de metais e aço, encorajado pelo repique nos preços recentemente."

Mas os sinais, em geral, são de que esse cenário vá perder sustentação logo. Um dos motivos que levou à rápida valorização do minério, por exemplo, pode também minar a demanda pela commodity. Os esforços chineses para conter a poluição levaram a uma corrida por insumo de maior qualidade, com pureza de 62% ou superior.

O governo central, em especial durante o Congresso Nacional do Partido Comunista, em setembro, vai limitar a atividade das usinas siderúrgicas.

"Enxergamos o enfraquecimento das compras de novas cargas a partir de outubro, um mês antes de cortes de capacidade produtiva do aço", informa o Credit Suisse, em relatório. "Usinas em Hebei, Shandong, Shanxi, Henan e Tianjin devem reduzir a produção pela metade até 15 de março, o que pode minar a demanda por minério em 85 milhões de toneladas durante o período."

A certeza do mercado é tamanha nessa reversão dos preços que o repique de agosto não provocou revisão profunda das estimativas. A média de projeções de 19 instituições financeiras consultadas pelo **Valor** continua apontando para US\$ 55 no fim do ano.

Entretanto, para o terceiro trimestre, os analistas já calculavam que o minério valeria entre US\$ 60 e US\$ 65. Até agora, com dois terços do período passados, a cotação média é US\$ 71,59 - 13,6% a mais do que no segundo trimestre e alta de 22,7% na comparação anual.

Mesmo com o real mais forte frente ao dólar do que em outros momentos do ano, a situação é muito boa para a Vale. O BTG Pactual disse em relatório recente que a manutenção do minério em qualquer faixa acima de US\$ 60 já torna o investimento nas ações da mineradora interessante.

Outro complexo de commodities que reagiu a essa intensa atividade chinesa foi o dos metais não ferrosos. Em agosto, o contrato futuro de três meses do

alumínio subiu 11%, para US\$ 2.117 a tonelada, o cobre avançou 7%, para US\$ 6.788, o níquel ganhou 15%, terminando a US\$ 11.800, e o zinco teve alta de 12%, para US\$ 3.146.

Todos os preços de fechamento do mês estão próximos do maior preço ao menos desde 2014. Para o alumínio, pesou o fechamento de fundições chinesas e para o cobre, ainda a perspectiva de demanda da infraestrutura americana.

Em outubro, a limitação à atividade da siderurgia chinesa pode começar a enfraquecer o preço dos insumos

Para o petróleo, a situação foi inversa. Mais uma vez a predominância foi dos Estados Unidos na formação de preço, mas, nesse caso, como pressão negativa. A crescente produção da commodity no país e a passagem do furacão Harvey, que paralisou refinarias próximas ao Estado do Texas, pesaram sobre a cotação.

No mês passado, o segundo contrato do Brent registrou desvalorização de 0,2%, para US\$ 52,86, na ICE Futures de Londres. Ao mesmo tempo, o WTI recuou 6,3%, para US\$ 47,23, em Nova York.

Na penúltima semana do mês, a produção americana de petróleo foi de 9,5 milhões de barris por dia, 9% a mais do que no fim de 2016. É também o volume mais intenso desde julho de 2015. A consultoria Rystad Energy prevê que só no xisto, que corresponde à maior parte da extração no país e a que cresce mais rápido, o aumento será de 516 mil barris diários em 2017. Depois, até 2020, a alta deve ser de 1,2 milhão de barris, em média.

Esse avanço é a explicação de alguns analistas para a desvalorização do barril de petróleo, mesmo com redução de estoques e ritmo menor de novas sondas exploratórias. Com a redução do custo de produção do xisto, cada vez mais os EUA têm capacidade de inundar o mercado mundial.

Outro fator de pressão potencial é o efeito do furacão Harvey. Em relatório, o Bank of America Merrill Lynch diz que a demanda americana pode ter sido represada em 40 milhões de barris por conta do desligamento de refinarias. Isso pode atrasar o reequilíbrio do mercado com o acúmulo de produção excedente local e alto nível de importações nos estoques.

Previsões de dez instituições coletadas pelo **Valor** apontam para nível de US\$ 54 no fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Opinião**Autor:****Título:** Barganhas políticas sinalizam mais destruição na Amazônia

Em apenas um ano de mandato o presidente Michel Temer já provocou mais retrocessos na área ambiental do que o descaso de sua antecessora, Dilma Rousseff, em cinco. O decreto presidencial que extingue a Reserva Natural do Cobre e Associados (Renca) é mais um episódio em uma série que, suspeita-se, está longe de acabar. Com nove áreas de conservação ambiental e terras indígenas, o território coberto pela Renca, entre Amapá e Pará, é uma das áreas praticamente indevidadas na Amazônia. De seus 46,5 mil km², 45,7 mil são cobertos por florestas (O Globo, 30 de agosto).

A enorme oposição ao decreto levou à sua republicação, apenas para assegurar o que outras leis já asseguram: que é proibida a atividade mineradora nas UCs e nas terras indígenas. Na quarta, o juiz Rolando Spanholo, da 21ª Vara Federal de Brasília, suspendeu todo ato administrativo que vise extinguir a reserva - para ele, isso exige projeto de lei. Psol e Rede recorreram ao Supremo Tribunal Federal contra o decreto.

O presidente Michel Temer se aliou às camadas mais retrógradas do Congresso em troca de apoio político por sua permanência, ameaçada pelas investigações da Lava-Jato. O preço da aliança tem sido extremamente caro ao país. Em maio, abrindo espaço para legalização de terras griladas na Floresta Nacional do Jamanxim, a MP 756 rebaixou a proteção de 305 mil hectares, permitindo atividades econômicas e regularização de posses. A reação à medida foi forte, o presidente vetou a MP e enviou projeto de lei com a mesma finalidade - ampliando a área que passará a ser menos protegida para 354 mil hectares. "A decisão foi tomada para garantir a preservação de parte de área da reserva sem punir os brasileiros que vivem e têm atividades produtivas no Jamanxim", disse nota do Planalto em 27 de julho.

No caso da Renca, além de garimpeiros ilegais (poucos), as empresas de mineração são as principais interessadas. O Ministério do Meio Ambiente foi consultado formalmente a respeito e foi contrário ao decreto. O ministro José Sarney Filho disse ao **Valor** que foi "pego de surpresa". "O governo falhou e se equivocou" na questão, afirmou.

Desde o ano passado funcionários do **Ministério de Minas e Energia** afirmaram que o fim da Renca estava sendo cogitado. Em 28 de novembro de 2016, Vicente Lôbo, ex-diretor da Bunge e da Vale Fertilizantes e secretário de mineração e geologia do MME, disse ao **Valor** que era necessário "destravar o

debate" sobre a Renca. Eduardo Ledsham, presidente do Serviço Geológico Brasileiro, contou que a extinção constava da agenda ministerial (**Valor**, 16 de fevereiro).

Em 30 de março, foi expedida a portaria 128, publicada no Diário Oficial de 7 de abril, que dispunha a necessidade de "desonerar as áreas objetos de requerimentos apresentados e pendentes de decisão ou títulos eventualmente outorgados sem amparo na legislação pertinente" para que um decreto presidencial pudesse determinar a extinção da Renca.

Quando da edição da portaria, Lôbo mostrou as expectativas oficiais com o fim da reserva: gerar empregos numa região inóspita, melhorar o IDH de cidades próximas, estimular a economia do Pará e do Amapá, atrair investimentos e ainda deter garimpos ilegais de ouro que há anos funcionam na reserva com suas diversas pistas de pouso clandestinas - Eldorado seria finalmente descoberto. (**Valor**, 10 de abril).

O atual governo não parece ter a menor noção do que está em jogo na Amazônia - na melhor hipótese. Na pior, sabe e se lixa para isso. O cumprimento do Acordo de Paris, para o qual o ativismo brasileiro deu grande contribuição, passou a depender da barganha política cotidiana, onde o provincianismo dá as mãos a interesses econômicos claros e poderosos, em mútuo proveito e em detrimento do ambiente.

Em 2016, o desmatamento na Amazônia cresceu quase 30%. Entre agosto de 2015 e julho de 2016, 7.989 km² de florestas vieram abaixo, a maior extensão desde 2008. Quando a destruição foi contida, entre 2009 e 2015, a devastação média de 6,08 mil km², área equivalente à de 4 cidades de São Paulo por ano - é muito, mas já se tornou aceitável.

Os atos recentes do governo fazem temer pelo pior na votação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental, onde o peso da bancada ruralista se fará sentir com toda força. Há o risco real de o retrocesso finalmente ganhar contornos de um pesadelo legal.

MME / ASCOM .